



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO SELETIVO

006. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR II – FILOSOFIA (ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS E ENSINO MÉDIO)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de 01 a 04:



(Bill Waterson, "O Melhor de Calvin".

<https://cultura.estadao.com.br/quadrinhos>, 14.08.2025. Adaptado)

01. Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas da tira devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) fizeram ... tornaram-lhe
- (B) fez ... tornaram-na
- (C) fez ... tornaram ela
- (D) fez ... tornaram-lhe
- (E) fizeram ... tornaram-a

02. As informações do 4º quadro permitem concluir corretamente que

- (A) o filho tem uma perspectiva de eficiência diferente daquela exposta pelo seu pai.
- (B) o filho e o pai defendem a ideia de que as máquinas deveriam ser mais eficientes.
- (C) o filho, assim como o pai, reconhece a eficiência das máquinas para suas vidas.
- (D) o filho e o pai acreditam que as máquinas gastam mais tempo do que o necessário.
- (E) o pai faz considerações sobre a máquina porque o micro-ondas é bastante lento.

03. Na tira, o termo empregado com sentido figurado é:

- (A) "Antigamente" (1º quadro).
- (B) "cliente" (1º quadro).
- (C) "instantâneo" (2º quadro).
- (D) "máquinas" (3º quadro).
- (E) "eternidade" (4º quadro).

04. A fala do pai no último quadro exprime um fato que poderia ter acontecido no passado, mas não se realizou. Ao reescrevê-la com uma perspectiva de que o desejo dele possa se realizar no futuro, essa fala deve assumir a seguinte forma:

- (A) Se nós quéríamos mais lazer, teríamos que inventar máquinas menos eficientes.
- (B) Se nós quisermos mais lazer, teremos que inventar máquinas menos eficientes.
- (C) Se nós queremos mais lazer, tivéramos que inventar máquinas menos eficientes.
- (D) Se nós quisermos mais lazer, tínhamos que inventar máquinas menos eficientes.
- (E) Se nós quisemos mais lazer, tivemos que inventar máquinas menos eficientes.

Leia o texto para responder às questões de 05 a 10:

Mais ambição para a primeira infância

Está previsto para o início deste mês o lançamento da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância. Publicado em junho de 2024, o decreto dava 120 dias para que um comitê intersetorial, formado por representantes de ministérios e da sociedade civil, propusesse um plano efetivo destinado à promoção e à proteção dos direitos de crianças de até 6 anos.

É importante dizer que o plano precisa ter a robustez compatível com seu papel histórico. É na primeira infância, afinal, que são dados os passos cruciais para o desenvolvimento infantil. Nessa etapa ocorrem os estímulos adequados que afetam, no longo prazo, indicadores de educação, saúde, trabalho, violência e desigualdade. E, embora sejam centrais na vida nacional, as crianças têm sido negligenciadas pelo País, apesar do que dizem a Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Marco Legal da Primeira Infância. O paradoxo explica o imperativo da política prometida: deve ser ambiciosa no propósito, criativa na estratégia, realista e integrada na governança entre União, Estados e municípios, consistente na concretude de suas metas e indicadores e, tão importante quanto tudo isso, detalhista nos métodos e nas ações propostas.

O Brasil tem hoje mais de 18 milhões de crianças na primeira infância, 55% das quais vivendo em famílias de baixa renda, e 60% que nunca frequentaram creche ou pré-escola, de acordo com dados apresentados ao governo pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e pelo Todos Pela Educação. Há, por baixo, 670 mil crianças de 0 a 6 anos em situação de pobreza ou extrema pobreza. Segundo o IBGE, em 2023, 45% das crianças brasileiras de 0 a 5 anos estavam em domi-

cílios com renda mensal *per capita* de meio salário-mínimo, enquanto entre a população geral o percentual é de 27%. Ou seja, a pobreza atinge mais as crianças do que os adultos. Indicadores perversos as colocam ainda entre os mais vulneráveis a saneamento precário, insegurança alimentar e educação deficitária.

Há boas ideias em discussão, mas a execução segue como o principal desafio. Entre as propostas mais promissoras está a criação de um sistema integrado de dados sobre a primeira infância, que permita o monitoramento por gestores locais e o diálogo direto com as famílias. O risco, no entanto, é repetir os equívocos da Caderneta da Criança: uma solução com baixa adesão e pouco alcance do público-alvo. Atualmente, os dados do desempenho escolar de uma criança, por exemplo, não são integrados com os da carteira de vacinação. As crianças brasileiras têm um número no sistema de saúde e outro no Cadastro Único, que identifica as famílias brasileiras de baixa renda e permite o acesso de famílias aos programas e benefícios sociais. A política pode apontar também informações e ações para a abertura de vagas em creches, ampliação da vacinação e uma espécie de frente nacional de atendimento a famílias carentes onde há crianças nessa faixa de idade.

(Editorial, <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 05.08.2025. Adaptado)

05. O editorial deixa claro que a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância consiste em um plano

- (A) audacioso, restringindo-se os benefícios à primeira infância para as crianças de famílias carentes.
- (B) abrangente, garantindo-se que os seus benefícios sejam estendidos às crianças com idade superior a 6 anos.
- (C) inovador, ampliando-se os direitos das crianças com a modificação da maioria das leis vigentes a elas destinadas.
- (D) complexo, considerando-se a necessidade de garantir às crianças o pleno desenvolvimento que lhes é de direito.
- (E) básico, limitando-se a ações cujo impacto nas carências infantis podem ser irrelevantes para a maioria das crianças.

06. O paradoxo citado no 2º parágrafo do texto diz respeito

- (A) à publicação do decreto em junho de 2024 em contraponto com o lançamento da nova política em 2025.
- (B) às leis existentes para salvaguardar as crianças em contraponto com a criação de uma nova política.
- (C) à relevância das crianças na vida nacional em contraponto com a negligência a que elas estão expostas.
- (D) a uma nova política para a primeira infância em contraponto com o pouco número de crianças nessa faixa etária.
- (E) à ambição da nova política em contraponto com integração da governança entre União, Estados e municípios.

07. Entre as propostas mais **promissoras** está a criação de um sistema integrado de dados sobre a primeira infância, que permita o monitoramento por gestores locais e o diálogo direto com as famílias. O risco, **no entanto**, é repetir os **equívocos** da Caderneta da Criança: uma solução com baixa **adesão** e pouco alcance do público-alvo. (4º parágrafo)

Sem prejuízo de sentido, as expressões destacadas no texto podem ser substituídas, correta e respectivamente, por:

- (A) propícias; portanto; deslizos; procura.
- (B) adequadas; ademais; perigos; importância.
- (C) auspiciosas; porém; erros; aprovação.
- (D) relevantes; todavia; enganos; amplitude.
- (E) impactantes; então; transtornos; aceitação.

08. Considere as passagens:

- É importante dizer que o plano precisa ter a robustez **compatível com** seu papel histórico. (2º parágrafo)
- Segundo o IBGE, em 2023, 45% das crianças brasileiras de 0 a 5 anos estavam em domicílios com renda mensal *per capita* de meio salário-mínimo, enquanto entre a população geral o percentual **é de 27%**. (3º parágrafo)

Em conformidade com a norma-padrão de regência, as expressões destacadas podem ser substituídas, respectivamente, por:

- (A) adequada a; chega a.
- (B) necessária de; vai em.
- (C) equivalente com; atinge a.
- (D) conforme em; chega em.
- (E) prescindível de; vai a.

09. A colocação pronominal está de acordo com a norma-padrão em:

- (A) Se dão, na primeira infância, os passos cruciais para o desenvolvimento infantil com os estímulos adequados.
- (B) Com o novo plano, garantiria-se o atendimento a famílias carentes onde há crianças na primeira infância.
- (C) Existem boas ideias em discussão, mas a execução delas tem mostrado-se como o principal desafio.
- (D) Hoje, os dados do desempenho escolar de uma criança não integram-se com os da carteira de vacinação.
- (E) Com base nos dados do IBGE, conclui-se que a pobreza hoje atinge mais as crianças do que os adultos.

10. O acento indicativo da crase está em conformidade com a norma-padrão em:
- (A) A Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, que teve o lançamento previsto para agosto de 2025, visa atender à todas as crianças com até 6 anos.
 - (B) Em 2024, a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância começou à ser analisada por representantes de ministérios e da sociedade civil brasileira.
 - (C) Publicado em junho de 2024, o decreto dava 120 dias à um comitê intersetorial, para que propusesse um plano voltado aos direitos da primeira infância.
 - (D) Uma das propostas mais promissoras corresponde à criação de um sistema integrado de dados sobre a primeira infância, que permita o diálogo direto com as famílias.
 - (E) 55% das crianças na primeira infância vivem em famílias de baixa renda, que não têm condições de garantir à elas frequência em creche ou pré-escola.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

11. Ao abordarem o planejamento do currículo escolar, Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) apresentam alguns princípios práticos envolvidos nesse processo.

Na perspectiva dos autores, um bom currículo

- (A) privilegia as aprendizagens formais em detrimento das não formais.
- (B) ajuda a fortalecer a identidade pessoal e a subjetividade dos alunos.
- (C) opõe-se à proposta de uma base comum de cultura geral para todos.
- (D) atende integralmente às necessidades e expectativas da comunidade.
- (E) esforça-se para eliminar os efeitos do chamado *currículo oculto*.

12. Em sua discussão sobre o conceito de qualidade no contexto da Educação Infantil, Dahlberg, Moss e Pence (2019) problematizam diferentes ideias e práticas presentes nessa etapa do ensino escolar.

Uma dessas práticas é a documentação pedagógica, entendida pelos autores como

- (A) uma representação objetiva dos eventos escolares na qual se deve garantir fidedignidade.
- (B) uma exigência burocrática que contrasta com a perspectiva democrática.
- (C) um registro subjetivo feito pela própria criança, preferencialmente sem intervenção adulta.
- (D) uma construção social e política em que os professores também participam ativamente.
- (E) um conjunto privado e sigiloso de materiais e informações sobre a vida escolar do aluno.

13. Lerner (2002) afirma que distribuir os conteúdos no tempo é uma exigência inerente ao ensino. Especificamente em relação ao ensino da língua escrita, a autora apresenta a seguinte descrição sobre uma forma de distribuição do conteúdo:

“[...] propor, no começo, certas sílabas ou palavras e introduzir outras nas semanas ou meses consecutivos, graduando as dificuldades; no primeiro ciclo, apresentar exclusivamente textos de determinados gêneros e reservar outros para o segundo... O ensino se estrutura, assim, conforme um eixo temporal único, segundo uma progressão linear, acumulativa e irreversível.”

Segundo a autora, essa forma de ensinar

- (A) dificulta a escolarização da leitura, apesar de ser fiel à versão social dessa prática.
- (B) replica com exatidão o tempo e o ritmo da própria aprendizagem individual.
- (C) é especialmente bem-sucedida por evitar o parcelamento e a sequenciação do ensino.
- (D) diverge da função escolar, por visar à formação de uma comunidade de escritores.
- (E) entra em contradição com a natureza indissociável das práticas de leitura e escrita.

14. Com base nos argumentos de Martins (*In*: Facci; Abrantes; Martins, 2016), assinale a alternativa que apresenta uma asserção coerente com a perspectiva teórica de Vygotsky.

- (A) Conceitos científicos e conceitos espontâneos desenvolvem-se de forma análoga.
- (B) O desenvolvimento é um processo independente e não subjugado ao ensino.
- (C) A formação de novos conceitos reorganiza todas as funções psíquicas.
- (D) O desenvolvimento se dá a partir da similaridade entre processos biológicos e culturais.
- (E) Os signos exercem uma função simbólica não instrumental no desenvolvimento.

15. O documento da ONU intitulado *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável* (2015) elenca 17 objetivos de desenvolvimento sustentável a serem alcançados até 2030, como parte de uma agenda global.

Um dos objetivos previstos no documento é

- (A) promover a agricultura intensiva e extrativista, garantindo subsistência a todos.
- (B) assegurar a conclusão definitiva dos processos educativos antes da idade adulta.
- (C) promover formas laborais alternativas, fomentando o trabalho autônomo.
- (D) incentivar os modos de vida urbanos a fim de ampliar a qualidade de vida.
- (E) alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

16. Leia o excerto a seguir:

“[...] desejamos chamar a atenção para alguns aspectos que tratam da transformação do olhar do educador para os espaços escolares [...]. Acreditamos que há muito a ser feito no sentido de reconhecer esses espaços como lugares que favorecem diversos aprendizados e compreender o papel dos educadores no processo de desemparedamento de crianças, adolescentes e jovens.”

(Barros, org., 2018)

Em coerência com a perspectiva que subsidia o excerto, é correto afirmar que, na relação com os espaços escolares e os eventuais riscos que esses podem oferecer, os educadores devem

- (A) permitir riscos benéficos nos quais as crianças se engajam por livre escolha, conseguem dimensionar as consequências e lidar com elas.
- (B) possibilitar total liberdade de movimento e expressão às crianças, pois elas têm plena capacidade de discernir riscos que podem comprometer sua integridade.
- (C) evitar quaisquer situações que gerem riscos às crianças, compreendendo que a educação escolar deve ser, por essência, separada das situações educativas informais.
- (D) garantir espaços seguros e com riscos calculados de modo a privilegiar o exercício cognitivo, que é soberano na construção do conhecimento.
- (E) planejar intencionalmente a disposição de riscos às crianças, de modo a disciplinar o corpo infantil para o exercício intelectual e as exigências sociais futuras.

17. Ao discutirem diferentes propostas de aplicação do ensino híbrido, Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2015) descrevem uma delas nos seguintes termos:

“[...] a teoria é estudada em casa, no formato *online*, e o espaço da sala de aula é utilizado para discussões, resolução de atividades, entre outras propostas. O que era feito em classe (explicação do conteúdo) agora é feito em casa, e o que era feito em casa (aplicação, atividades sobre o conteúdo) agora é feito em sala de aula. Esse modelo é valorizado como a porta de entrada para o ensino híbrido [...]”.

Essa descrição corresponde especificamente à proposta que os autores denominam

- (A) laboratório rotacional.
- (B) ensino domiciliar.
- (C) sala de aula invertida.
- (D) modelo *à la carte*.
- (E) modelo virtual enriquecido.

18. Segundo Moran (*In*: Bacich; Moran, 2018), o contexto contemporâneo é marcado por uma vasta oferta de oportunidades de aprendizagem fora das instituições formais.

De acordo com os argumentos do autor, algo que a educação formal precisa fazer se quiser continuar sendo relevante é

- (A) personalizar integralmente o ensino para cada aluno e reduzir o recurso à coletividade.
- (B) desencorajar o consumo de conteúdo informal disponibilizado nas redes digitais.
- (C) automatizar o processo de ensino, amplificando o alcance da escola por meio da inovação.
- (D) incorporar e combinar caminhos individuais, colaborativos e tutoriais de aprendizagem.
- (E) incentivar o autodidatismo, suprimindo progressivamente ações de orientação e supervisão.

19. Em coerência com a política de educação especial atualmente vigente no Brasil, Ropoli *et al.* (2010) defendem que a escola comum se torna inclusiva quando

- (A) promove diferenciação pela deficiência, aderindo ao paradigma da *escola dos diferentes* como solução privilegiada para atender às necessidades dos alunos.
- (B) reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas.
- (C) entende as diferenças como resultantes da diversidade, assumindo que todas as identidades são estáveis, permanentes, acabadas e, portanto, legítimas.
- (D) busca se alinhar às *escolas-padrão*, reconhecendo que essas escolas expressam um ideal pedagógico de qualidade a ser aplicado em qualquer contexto escolar.
- (E) evidencia uma atuação pedagógica pautada na centralidade dos currículos adaptados, do ensino diferenciado e da terminalidade específica.

20. Conforme a *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva* (Brasil, 2008), o atendimento educacional especializado

- (A) deve ser ofertado no mesmo turno da classe comum.
- (B) tem caráter substitutivo ao ensino regular.
- (C) é equivalente às classes especiais.
- (D) disponibiliza programas de enriquecimento curricular.
- (E) é obrigatório e deve iniciar-se no Ensino Fundamental.

21. Kramer (*In*: Brasil, 2007), em texto que aborda a construção histórica da infância e o conceito de cultura infantil, analisa alguns desafios que se apresentam à educação de crianças, seja na Educação Infantil (EI) ou no Ensino Fundamental (EF).

Conforme a autora, é correto afirmar que

- (A) EI e EF se articulam por meio da experiência com a cultura.
- (B) a EI é, essencialmente, uma preparação qualificada para o EF.
- (C) EI e EF, do ponto de vista da criança, são níveis de ensino fragmentados entre si.
- (D) EI e EF devem ser dissociados, sinalizando à criança a diferença entre as duas etapas.
- (E) EI e EF são instâncias de formação instrucional e não de formação cultural.

22. Leia o excerto a seguir, extraído da *Base Nacional Comum Curricular* (Brasil, 2017):

“[...] a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender _____ desse desenvolvimento”.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna, considerando as concepções de educação integral e de desenvolvimento humano que embasam o documento.

- (A) o caráter contingente e arbitrário
- (B) o propósito utilitário e cosmopolita
- (C) a primazia afetivo-emocional
- (D) a universalidade atemporal
- (E) a complexidade e a não linearidade

23. O Complemento à BNCC referente à área de Computação (Brasil, 2022) apresenta orientações para a inserção dessa temática na Educação Básica. Em relação à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, o documento se organiza em três Eixos a partir dos quais são distribuídos os objetivos de aprendizagem e as habilidades previstas.

Com centralidade estruturante nas diretrizes do documento, os três Eixos são, especificamente:

- (A) programação, robótica e inteligência artificial.
- (B) pensamento computacional, mundo digital e cultura digital.
- (C) redes virtuais, empreendedorismo digital e sociabilidade virtual.
- (D) automação, aprendizagem digital e inovação tecnológica.
- (E) gamificação, metaverso e *storytelling*.

24. O *Currículo Jundiense* voltado ao Ensino Fundamental (Jundiá, 2022) apresenta a perspectiva do município sobre avaliação da aprendizagem.

A esse respeito, é correto afirmar que o documento recomenda evitar instrumentos avaliativos

- (A) de caráter diagnóstico.
- (B) com o objetivo de coletar de dados.
- (C) com finalidade seletiva.
- (D) heterogêneos ou dialéticos.
- (E) orais ou não escritos.

25. Por ocasião da Pandemia de Covid-19, em 2021 foi lançado o *Guia de Aprendizagem ao Ar Livre em Jundiá*. No documento, o direito ao meio ambiente saudável é abordado como um direito

- (A) que deve compor o currículo, embora não se aplique às edificações escolares.
- (B) previsto constitucionalmente como fundamental, além de inalienável.
- (C) instituído circunstancialmente durante a fase pandêmica.
- (D) ainda não reconhecido na legislação, mas necessário.
- (E) juridicamente incompatível com o direito ao bem comum.

CONHECIMENTOS DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

26. De acordo com a Constituição Federal, art. 206, o ensino será ministrado com base no seguinte princípio, entre outros:

- (A) liberdade de expressão e de ensino, desde que compatível com a ideologia oficial adotada pelo Estado.
- (B) uniformidade de ideias e de concepções pedagógicas, garantida a unidade pedagógica nacional.
- (C) permanência na escola pública condicionada à frequência escolar e à capacidade acadêmica dos educandos.
- (D) piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
- (E) gestão meritocrática do ensino público, mediante escolha dos diretores por representantes da comunidade local.

27. Conforme a Lei Federal nº 9.394/96, art. 13, os docentes incumbir-se-ão de, entre outros,

- (A) estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.
- (B) realizar visitas domiciliares para verificação de frequência e conduta dos educandos.
- (C) definir o calendário escolar e a carga horária anual dos alunos da unidade de ensino.
- (D) fixar as normas disciplinares gerais da escola, encaminhando-as para a ciência da equipe gestora.
- (E) controlar a frequência e aplicar sanções a pais ou responsáveis por reiterada ausência em reuniões.

28. Em uma escola pública de ensino fundamental, constatou-se que uma das crianças era vítima de maus-tratos, em casa, por familiares.

Diante dessa situação, conforme a Lei Federal nº 8.069/1990, art. 56, o dirigente do estabelecimento de ensino deve

- (A) ir à delegacia para registrar boletim.
- (B) afastar a criança do convívio familiar.
- (C) comunicar o caso ao Conselho Tutelar.
- (D) convocar urgentemente os pais para uma reunião.
- (E) resolver internamente o caso com a equipe gestora.

29. Conforme a Lei nº 13.257/2016, art. 4º, as políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a promover o desenvolvimento das potencialidades das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e dos bebês que nasceram em condição de risco, no que se refere aos aspectos físico, cognitivo, psicoafetivo, social e cultural, de forma a priorizar o processo de

- (A) ensino e aprendizagem centrados em conteúdos curriculares.
- (B) assimilação de regras de conduta mediante exercícios disciplinares.
- (C) interação e comunicação mediante atividades significativas e lúdicas.
- (D) aprendizagem e desenvolvimento por meio de atividades individuais.
- (E) construção de conhecimento mediante tarefas de observação e reprodução.

30. Depois de uma longa disputa judicial, a professora Maria, que havia sido demitida de uma escola pública municipal de Jundiá, voltou a ocupar o mesmo cargo que exercia antes. Além de reassumir suas aulas, ela recebeu todos os salários e benefícios correspondentes ao período em que esteve afastada, com o reconhecimento do tempo de serviço e demais direitos ligados à função.

Conforme o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Jundiá (Lei Complementar nº 499/2010), este é um exemplo de

- (A) reversão.
- (B) nomeação.
- (C) readaptação.
- (D) reintegração.
- (E) aproveitamento.

31. De acordo com o Estatuto do Magistério Público Municipal de Jundiá (Lei Complementar nº 511/2012), art. 46, um dos deveres dos servidores públicos do magistério é

- (A) manter o espírito de cooperação e solidariedade com a equipe escolar e a comunidade em geral.
- (B) substituir, sempre que necessário, a função da família na orientação moral e afetiva do estudante.
- (C) fornecer material pedagógico de uso pessoal (cadernos, lápis, borracha) aos estudantes carentes.
- (D) prover atendimento psicológico aos alunos que apresentarem dificuldades emocionais durante as aulas.
- (E) garantir a formação religiosa do aluno, promovendo cultos e celebrações dentro do horário regular de aulas.

32. Conforme o Decreto nº 33.518/2023 (Regimento Comum das Escolas Municipais de Educação Básica de Jundiá), art. 70, _____ é um órgão de representação da comunidade escolar, constituindo-se num espaço de diálogo, discussão e participação; é de natureza consultiva, deliberativa e fiscal, formado(a) por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do texto.

- (A) o Conselho Escolar
- (B) o Grêmio Estudantil
- (C) o Conselho de Ciclo
- (D) o Diretório Acadêmico
- (E) a Associação de Pais e Mestres (APM)

33. De acordo com o Decreto nº 23.740/2012 (que institui o Código de Ética do Servidor Público Municipal de Jundiá), art. 8º, em caso de infração ética, o Código sujeitará o infrator à sanção de

- (A) suspensão imediata aplicada pela chefia direta sem contraditório formal.
- (B) censura verbal aplicada pela Comissão de Ética após procedimento sumário.
- (C) advertência escrita aplicada automaticamente pelo setor de recursos humanos.
- (D) demissão sumária aplicada pelo Prefeito em exercício e em caráter irrevogável.
- (E) multa administrativa aplicada pela Comissão de Ética, com direito ao contraditório.

34. Conforme a Resolução nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, art. 9º, a escola de qualidade social adota como centralidade

- (A) o professor e o ensino.
- (B) a avaliação e o reforço escolar.
- (C) o estudante e a aprendizagem.
- (D) a gestão democrática e o currículo.
- (E) o planejamento e o projeto pedagógico.

35. Conforme a Resolução nº 7/2010, art. 33, os procedimentos de avaliação adotados pelos professores e pela escola serão articulados às avaliações realizadas em nível nacional e às congêneres nos diferentes Estados e Municípios, criadas com o objetivo de

- (A) funcionar como mecanismo de controle do comportamento dos alunos, reforçando a autoridade do professor em sala de aula.
- (B) subsidiar os sistemas de ensino e as escolas nos esforços de melhoria da qualidade da educação e da aprendizagem dos alunos.
- (C) validar a eficiência da escola por meio das notas altas obtidas, tomando o desempenho estatístico como indicador exclusivo de qualidade.
- (D) servir como instrumento de classificação hierárquica entre os estudantes, destacando os que apresentam melhor desempenho.
- (E) viabilizar a identificação dos alunos com menor capacidade de aprendizagem, permitindo que sejam separados para reforço escolar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

36. A colonialidade diz respeito às condições de estabelecimento do capitalismo como padrão de funcionamento mundial, operando através da “imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo”, incluindo um conjunto de dispositivos que recobre, entre outros: o trabalho; o meio ambiente e os seus recursos de produção; o sexo; a subjetividade; e a autoridade e os seus instrumentos de regulação das relações sociais. A colonização implicou a desconstrução da estrutura societal, reduzindo os saberes dos povos colonizados à categoria de crenças ou pseudossaberes. Essa hegemonia, no caso da colonização do continente africano, passou a desqualificar e invisibilizar os saberes tradicionais, proporcionando uma completa desconsideração do pensamento filosófico desses povos. Neste sentido, estamos diante do racismo epistêmico.

(Renato Nogueira.

O Ensino de Filosofia e a Lei nº 10.639, 2011. Adaptado)

A partir do excerto, uma consequência filosófica do racismo epistêmico é a

- (A) dissolução das fronteiras entre ciência e tradição, assegurando idêntico valor a todas as formas de saber.
- (B) consolidação de um ambiente intelectual que favorece a convivência harmônica entre distintas tradições de saber.
- (C) transformação do pensamento europeu em critério normativo para definir o que conta como conhecimento válido.
- (D) consolidação de epistemologias não ocidentais, convertidas em referenciais centrais na filosofia acadêmica.
- (E) assimilação dos conhecimentos africanos e indígenas como complementares ao desenvolvimento da racionalidade moderna.

37. Leia o trecho do diálogo platônico *A República*.

– Uma vez que os filósofos são aqueles que são capazes de atingir aquilo que se mantém sempre do mesmo modo, e que aqueles que o não são, mas que se perdem no que é múltiplo e variável, não são filósofos, qual das duas espécies é que de ser chefe da cidade?

(Platão. *A República*, 2010)

Segundo o critério estabelecido por Platão, os filósofos devem ser modelo de governantes porque

- (A) exercem a retórica para persuadir os cidadãos a seguir as leis.
- (B) acumulam experiência prática nos negócios públicos e militares.
- (C) preservam a tradição mítica e religiosa como base da unidade política.
- (D) possuem a capacidade de orientar a política segundo princípios universais.
- (E) representam a maioria da população e garantem legitimidade democrática.

38. Cada concepção de filosofia supõe um recorte de temas e uma proposta de acesso à filosofia (de transmissão ou ensino) porque vincula o *que* e o *como* ensinar de uma maneira particular. A formação que se teve impõe, mal ou bem, um *que* de leituras filosóficas canônicas e um *como* ensinar. Mas destaquemos que se trata de “leituras”, ou seja, de seleções e interpretações que foram feitas pelos professores que se teve. Com o gosto de dizer Jorge Larrosa, cada um de nossos professores nos transmitiu a “sua biblioteca”, e também nos transmitiu uma forma de ler seus livros e uma forma de fazer pública essa leitura e, portanto, essa interpretação. Isso é o que nos “formou” em grande medida como filósofos ou filósofas e como professores ou professoras de filosofia.

(Alejandro Cerletti.

O ensino de filosofia como problema filosófico, 2009. Adaptado)

Segundo Cerletti, a ideia de que cada professor transmite a “sua biblioteca” indica que a formação filosófica

- (A) reduz-se ao acúmulo de informações factuais sobre autores e doutrinas, sem impacto real na formação do olhar filosófico do estudante.
- (B) depende sobretudo da incorporação de tradições institucionais estáveis, que asseguram continuidade acima da singularidade do professor.
- (C) resulta de um processo objetivo e neutro, em que os conteúdos filosóficos circulam independentemente das interpretações dos professores.
- (D) apoia-se na uniformidade das leituras transmitidas, já que os professores compartilham dos mesmos filtros e referências.
- (E) constitui-se a partir de escolhas interpretativas que configuram não só conteúdos, mas também modos de leitura e exposição que marcam o percurso do estudante.

39. Na medida em que esta visão “bancária” anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores: para estes, o fundamental não é o desnudamento do mundo, a sua transformação.

(Paulo Freire. *Pedagogia do oprimido*, 2011)

Segundo Paulo Freire, destaca-se como uma medida de enfrentamento contra a educação “bancária” a

- (A) necessidade de adaptação dos educandos à cultura vigente como meio de integração.
- (B) valorização do diálogo como prática de construção conjunta e capaz de intervir na realidade.
- (C) centralidade da autoridade docente como fonte de verdade e legitimidade do conhecimento.
- (D) ênfase na transmissão organizada de conteúdos como garantia de clareza e eficiência do ensino.
- (E) redução do processo educativo ao acúmulo de informações destinadas à memorização mecânica.

40. Há muita diferença entre a vontade de todos e a vontade geral; esta se refere somente ao interesse comum, enquanto a outra diz respeito ao interesse privado, nada mais sendo que uma soma das vontades particulares. Quando, porém, se retiram dessas mesmas vontades os mais e os menos que se destroem mutuamente, resta, como soma das diferenças, a vontade geral.

(Jean-Jacques Rousseau.

Do contrato social ou Princípios do direito político, 2011)

Segundo Rousseau, a distinção entre “vontade de todos” e “vontade geral” implica que a decisão política legítima

- (A) deve assegurar a preservação integral das vontades privadas, mesmo que entrem em conflito.
- (B) corresponde sempre à soma dos votos individuais da maioria, qualquer que seja o seu conteúdo.
- (C) identifica-se com o interesse do grupo mais numeroso, tomado como equivalente ao interesse comum.
- (D) expressa o interesse comum, resultante da depuração dos interesses particulares que se anulam entre si.
- (E) realiza-se pela convergência espontânea de preferências individuais, sem necessidade de excluir excessos.

41. Não somos capazes de formar uma ideia correta do sabor de um abacaxi sem tê-lo realmente provado. Existe, entretanto, um fenômeno que parece contradizer isso, e que poderia provar que não é absolutamente impossível que as ideias antecedam suas impressões correspondentes. Suponhamos, assim, uma pessoa que tenha gozado de sua visão durante trinta anos e tenha-se familiarizado perfeitamente com todos os tipos de cores, exceto com uma única tonalidade de azul. Pergunto, então, se lhe é possível suprir tal deficiência por meio de sua própria imaginação. Acredito que poucos discordarão de que isso seja possível. Esse exemplo pode servir como prova de que as ideias simples nem sempre derivam das impressões correspondentes – embora o caso seja tão particular e singular que quase não é digno de nossa atenção, não merecendo que, apenas por sua causa, alteremos nossa máxima geral.

(David Hume. *Tratado da natureza humana*, 2009. Adaptado)

No trecho, Hume introduz o célebre “tom de azul ausente”. À luz desse recurso, conclui-se que, para o filósofo, o episódio serve para

- (A) trocar a dependência empírica por uma justificação *a priori* das operações da mente.
- (B) sustentar a presença de conteúdos originários independentes da experiência sensível.
- (C) igualar, no plano do método, ideias e impressões, eliminando a anterioridade destas últimas.
- (D) ilustrar uma anomalia metodológica que exige refinar a tese da cópia sem abdicar de sua primazia.
- (E) atribuir à imaginação um papel constitutivo que dispensa a experiência como fundamento do conteúdo mental.

42. O conceito explicativo da realidade nunca está pronto; ele é uma construção que o sujeito faz a partir da lógica que encontra nos fragmentos da realidade. Para tanto, utiliza-se de recursos metodológicos, de meios e processos de investigação. Ele se constrói por meio de longa busca, por meio de esforço de desvendamento. A elucidação do mundo exterior exige imaginação investida, busca disciplinada e metodológica, tendo em vista captar os meandros do real.

(Cipriano Carlos Luckesi e Elizete Passos.
Introdução à filosofia: aprendendo a pensar, 2012)

No trecho, é descrito como se formaria um “conceito explicativo” do real. Segundo os autores, tal conceito resultaria de uma

- (A) apreensão imediata de essências por intuição sem método.
- (B) composição gradual de indícios, guiada por método e imaginação.
- (C) dedução *a priori* de princípios universais, dispensando a experiência.
- (D) aplicação mecânica de técnicas padronizadas, suprimindo a iniciativa.
- (E) repetição de doutrinas aceitas, evitando confrontar teses estabelecidas.

43. O que está em jogo é um esforço intelectual múltiplo que não se prenda às formas e métodos de historiografia filosófica hegemônicos no Ocidente. Para dar curso a este objetivo, vale colocar a História da Filosofia em afroperspectiva. Em linhas bem gerais, uma abordagem filosófica afroperspectivista é pluralista, reconhece diversos territórios epistêmicos, empenhada em avaliar perspectivas e analisar métodos distintos e com uma preocupação especial para a reabilitação e incentivo de trabalhos africanos e afrodiáspóricos em prol da desconstrução do racismo epistêmico antinegro e da ampliação de alternativas para uma sociedade intercultural e não hierarquizada. Em outros termos, um tipo de ação afirmativa no campo epistêmico.

(Renato Nogueira.
O Ensino de Filosofia e a Lei nº 10.639, 2011. Adaptado)

Quando associada a um horizonte intercultural, a Filosofia em afroperspectiva enfatiza a

- (A) relação entre revisão historiográfica e práticas menos hierarquizadas.
- (B) indiferença diante das conexões entre filosofia e experiências históricas.
- (C) preservação de fronteiras entre produção acadêmica e mudanças sociais.
- (D) valorização da dimensão teórica sem implicações concretas na vida social.
- (E) produção de consensos teóricos desconsiderando tensões conceituais históricas.

44. Aproximando-me ainda mais de mim mesmo e, investigando quais são os meus erros – somente eles denunciavam uma imperfeição em mim, – percebo que dependem do concurso simultâneo de duas causas, a saber, da faculdade de conhecer que está em mim e da faculdade de escolher ou liberdade do arbítrio, isto é, do intelecto e, ao mesmo tempo, da vontade. Pois, pelo intelecto sozinho não afirmo, nem nego coisa alguma, mas apenas percebo as ideias a respeito das quais posso fazer um juízo, e nenhum erro, propriamente dito, ocorre no intelecto, considerado assim precisamente.

(René Descartes.
Meditações sobre a Filosofia Primeira, 2004. Adaptado)

No trecho da Quarta Meditação, Descartes examina a origem do erro. Segundo seu argumento, o erro decorreria de

- (A) falha inevitável dos sentidos, cuja correção dispensa o exame racional.
- (B) limitação essencial da mente finita, que torna o engano necessário e irremediável.
- (C) imperfeição do criador, que introduz no espírito uma tendência natural à falsidade.
- (D) excesso de imaginação, suficiente para autorizar julgamentos sem critérios cognitivos.
- (E) escolhas livres em conformidade à vontade, mas não ao intelecto.

45. É um imperativo trabalhar a favor da “inclusão eletrônica”, entendido como o acesso às tecnologias e a adaptação às necessidades dos grupos mais vulneráveis. Para isso, é necessário escolher em cada caso a tecnologia mais adequada às necessidades locais, fornecer uma tecnologia economicamente acessível aos usuários, promover a sua utilização preservando a identidade socio-cultural e promovendo a integração dos grupos com risco de exclusão.

(Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi.
Sociologia geral, 1999)

No excerto são sugeridas políticas de inclusão digital, as quais consistem em

- (A) adequar tecnologias ao contexto, com acesso viável e respeito cultural.
- (B) tomar equipamentos de ponta como critério suficiente de inclusão.
- (C) substituir práticas locais por protocolos tecnológicos globais.
- (D) padronizar dispositivos e plataformas para ganho de escala.
- (E) atualizar conectados primeiro e postergar grupos em risco.

46. Há dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializaram em perder. Nossa comarca do mundo, que hoje chamamos de América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalançaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta.

(Eduardo Galeano. *As veias abertas da América Latina*, 2002)

No excerto, Galeano afirma que a América Latina “se especializou em perder”. Tal afirmação

- (A) traduz a posição histórica latino-americana que propiciou o enriquecimento de seus invasores.
- (B) sugere avanços de autonomia econômica, suficientes para reduzir a condição de dependência.
- (C) decorre de trocas equilibradas, em que ganhos e perdas se compensam entre as partes envolvidas.
- (D) indica uma divisão internacional do trabalho entendida como complementaridade natural de funções.
- (E) expressa o sucesso das culturas locais, capazes de gerir de modo autônomo seus recursos.

47. A dimensão religiosa das artes deu aos objetos artísticos ou às obras de arte uma qualidade que foi estudada pelo filósofo alemão Walter Benjamin: a aura. Que é a aura? A aura é a absoluta singularidade de um ser – natural ou artístico –, sua condição de exemplar único que se oferece num aqui e agora irrepetível, sua qualidade de eternidade e fugacidade simultâneas, seu pertencimento necessário ao contexto onde se encontra e sua participação numa tradição que lhe dá sentido.

(Marilena Chauí. *Convite à filosofia*, 2000)

No trecho, Chauí apresenta a noção de “aura” proposta por Walter Benjamin, a qual se caracteriza por sua

- (A) relevância transferível a qualquer reprodução.
- (B) funcionalidade medida por sua eficácia imediata.
- (C) presença única no aqui-agora vinculada à tradição.
- (D) importância universal independente de contextos.
- (E) capacidade de ampliar o valor de uma reprodução.

48. Comte definiu a sociologia como a ciência da sociedade, e de fato foi o desenvolvimento da ciência que constituiu uma importante inspiração para os primeiros sociólogos. A sociologia evoluiu de um desejo nascido em alguns intelectuais de aplicar as técnicas da ciência ao estudo da sociedade. (...) Os sociólogos seguiram o conselho dos pensadores iluministas do século 18: podemos entender as leis da sociedade aplicando os instrumentos da ciência.

(Joel M. Charon. *Sociologia*, 2002)

Segundo o excerto, a tentativa de investigar as “leis da sociedade” com o auxílio da ciência efetivou-se por meio de

- (A) um ceticismo metodológico que suspende explicações e evita modelos teóricos de alcance geral.
- (B) uma virada metafísica que deduz princípios da organização social a partir de intuições morais.
- (C) uma orientação positivista que busca identificar regularidades e leis com observação sistemática.
- (D) um historicismo relativista que defende não existirem padrões recorrentes de organização social.
- (E) uma perspectiva centrada em significados singulares problematizando generalizações empíricas.

49. Leia o trecho do diálogo platônico *A República*.

– Fica sabendo que o que transmite a verdade aos objetos cognoscíveis e dá ao sujeito que conhece esse poder, é a ideia do bem. Entende que é ela a causa do saber e da verdade, na medida em que esta é conhecida, mas, sendo ambos assim belos, o saber e a verdade, terás razão em pensar que há algo de mais belo ainda do que eles. E, tal como se pode pensar corretamente que neste mundo a luz e a vista são semelhantes ao Sol, mas já não é certo tomá-las pelo Sol, da mesma maneira, no outro, é correto considerar a ciência e a verdade, ambas elas, semelhantes ao bem, mas não está certo tomá-las, a um ou a outra, pelo bem, mas sim formar um conceito ainda mais elevado do que seja o bem.

(Platão. *A República*, 2010)

Em *A República*, a chamada “analogia do Sol” sobre a natureza do bem é utilizada por Platão como

- (A) princípio físico sobre a importância da luminosidade solar.
- (B) recurso usado para legitimar leis e costumes sociais.
- (C) hábito da experiência sensível tomado como guia da ação.
- (D) conjunto de opiniões políticas para a governança da *polis*.
- (E) instância que dá inteligibilidade ao conhecido e orienta o intelecto.

50. O fato de que o atual professor de filosofia seja um funcionário do Estado pode definir um papel institucional mais ou menos importante na reprodução do estado de coisas, mas não esgota necessariamente a fertilidade do lugar em que se inscreve. As escolas, ou as instituições educativas em geral, são lugares de encontros entre pessoas, saberes, tradições, pensamentos. Portanto, a dimensão eventual de toda prática educativa, e da filosófica em especial, constitui o suplemento permanente de toda repetição, por mais intensa ou fechada que aparente ser. Todo saber está sempre exposto a ser interpelado e nisso a filosofia joga sua condição de possibilidade.

(Alejandro Cerletti.

O ensino de filosofia como problema filosófico, 2009. Adaptado)

Segundo Cerletti, mesmo como funcionário do Estado, o professor de filosofia pode fazer do ensino uma prática de resistência porque a

- (A) função do professor é impor práticas disciplinadoras.
- (B) prática educativa abre-se ao diálogo e à interpelação.
- (C) docência filosófica se realiza pela reprodução dos clássicos.
- (D) prática escolar objetiva sobretudo a preservação do *status quo*.
- (E) realidade institucional limita o papel da atividade filosófica.

